

Eurides pinta um quadro negro

Fotos: Paulo de Araújo



A titular da Secretaria de Educação quer um censo de professores e a construção de salas provisórias

Maiores problemas relacionados pela nova secretária se referem a débitos que somam 100 milhões e uma carência de 7.500 vagas

Karina Falcone
Da equipe do **Correio**

Nas previsões da Secretaria de Educação, este será um ano difícil para o ensino público no Distrito Federal. No seu 10º dia como secretária, Eurides Brito apontou as principais irregularidades que teriam sido deixadas pelo governo anterior. Somando todos os problemas que ela apontou, a Fundação Educacional tem uma dívida de aproximadamente R\$ 100 milhões e 7.500 alunos sem vaga nas escolas. Entre esses, 6 mil são do ensino fundamental.

Escolas lotadas, pais e alunos em filas de espera. O problema não é novo no DF e, pelo que adiantou a nova secretária, as primeiras providências serão uma repetição do que vem acontecendo há vários anos: construção de salas de aula provisórias nas áreas livres das cidades. A crise não poupou os professores e funcionários da Fundação Educacional. Segundo Eurides, 2 mil servidores estão com os pagamentos dos salários e do vale-transporte atrasados.

“Os funcionários ficaram prejudi-

cados, porque a estimativa de despesas para dezembro não foi mandada a tempo ao Ministério da Fazenda e o repasse da União saiu com atraso”, disse a secretária.

O Recanto das Emas foi classificado pela secretária como a cidade mais precária do Distrito Federal. Segundo Eurides, o número de escolas de primeiro grau precisaria dobrar (passar de 4 para 8), para atender todas as crianças.

Segundo o ex-secretário de Educação, Antônio Ibañez, Eurides já havia sido alertada para o problema no Recanto das Emas. “A transferência de famílias para a cidade gerou esse problema nas escolas”, explica Ibañez. Ano passado, a secretária construiu galpões e salas provisórias para atender a todos os alunos.

Para a nova secretária de Educação, entretanto, a superlotação das escolas tem outra explicação. Segundo ela, entre 1996 e 1997, 16 escolas previstas no Orçamento Participativo não foram construídas. Em 1998, não se fez nenhuma das obras previstas. “Fizemos uma previsão de ação, mas o dinheiro para isso não nos foi repassado”, justificou Ibañez.

REMANEJAMENTO

Outra forma de garantir o ano letivo nas escolas públicas do DF será o remanejamento de professores e, se necessário, a convocação de novos concursados. Na próxima segunda-feira, começa o censo de todos os professores da FEDF, e depois disso a secretária irá definir a necessidade de novas contratações.

O que já foi decidido por Eurides é que os contratos temporários irão diminuir. Atualmente, a fundação tem 7 mil funcionários não-concursados. Segundo a secretária, esses contratos só serão realizados para cobrir licenças-prêmio e materni-

dade, e para preencher vagas onde não há professores concursados. “Estamos encontrando contratos temporários até para cargos administrativos, o que não é permitido”, revela.

Para explicar o acúmulo de tantos problemas e dívidas, a Secretaria de Educação destacou 22 irregularidades que teriam sido co-

metidas no outro governo. O principal credor da Fundação Educacional, atualmente, é o INSS. Segundo Eurides, R\$ 83 milhões deixaram de ser repassados ao órgão, pelos pagamentos do Plano Bresser aos professores e dos contratos temporários.

Segundo Ibañez, esse pagamento não foi feito por um entendimento de que a contribuição não deveria ter sido feita ao INSS, e a assessoria jurídica do governo entrou com uma representação contra a cobrança do imposto. “Temos pendências jurídicas desse tipo há pelo menos 10 anos”, explicou Ibañez.

Em entrevista coletiva, entretan-

to, Eurides afirmou que o GDF só entrou com o recurso no último dia de dezembro, perdendo o prazo para recorrer à Justiça pelo não-pagamento da dívida. “Aliás, a fundação tem uma dívida de R\$ 12 milhões, por processos não encaminhados no prazo”, afirmou a secretária.

No acúmulo das dívidas da educação do Distrito Federal ainda há gastos não explicados. Sem que os prédios ao menos tivessem começado a ser construídos, a Secretaria de Educação comprou material suficiente para equipar completamente 17 escolas. Os materiais estão guardados no galpão da Fundação Educacional, sem qualquer uso. “A nossa preocupação é que, quando as escolas ficarem prontas, nada mais possa ser aproveitado”, diz Eurides.

Segundo Ibañez, os equipamentos foram comprados porque eram necessários, já que a secretária estava encaminhando a construção das escolas. Ao contrário do que informou Eurides, o ex-secretário afirma que todas as obras já haviam passado pelo processo de licitação.

Outra informação contestada por Ibañez foi de que a Fundação Educacional teria autorizado o pagamento adiantado de três meses (janeiro, fevereiro e março) do aluguel de uma casa que iria abrigar a Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante. Essa dívida somaria mais R\$ 27 mil ao déficit da Fundação.